

Jaíba Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Jaíba Solar Holding S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jaíba Solar Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jaíba Solar Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

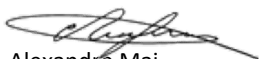
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Jaíba Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	5	16	10	2.581	11.565	Fornecedores	12	-	1	3.355	3.953
Clientes a receber	6	-	-	4.530	3.947	Financiamentos	13	-	-	8.175	7.098
Impostos a recuperar		3	4	43	35	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	383	399
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	10	Obrigações tributárias		-	-	836	856
Estoques		-	-	-	18	Arrendamento	11	-	-	70	60
Despesas antecipadas		-	-	557	1.092	Ressarcimento	14	-	-	13.292	1.854
Total do ativo circulante		19	14	7.711	16.667	Outros passivos circulantes		-	-	37	30
						Total do passivo circulante		-	1	26.148	14.250
Cauções e depósitos vinculados	7	-	-	8.240	8.240	Financiamentos	13	-	-	267.792	276.281
Outros ativos não circulantes	8	-	-	3.016	3.016	Arrendamento	11	-	-	7.131	6.824
Total realizável a longo prazo		-	-	11.256	11.256	Contas a pagar de partes relacionadas	15	366	292	7	3
						Provisão para contingências	24	-	-	734	1.331
Investimentos	9	78.505	103.109	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	6.450	6.022
Imobilizado	10	-	-	361.185	373.481	Total do passivo não circulante		366	292	282.114	290.461
Intangível	10	-	-	23	33	Patrimônio líquido	17				
Direito de uso	11	-	-	6.245	6.104	Capital social		160.879	160.879	160.879	160.879
Total do ativo não circulante		78.505	103.109	378.709	390.874	Prejuízos acumulados		(82.721)	(58.049)	(82.721)	(58.049)
						Total do patrimônio líquido		78.158	102.830	78.158	102.830
Total do ativo		78.524	103.123	386.420	407.541	Total do passivo e patrimônio líquido		78.524	103.123	386.420	407.541

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	18	-	-	31.435	36.241
Custos de operação	19	-	-	(33.805)	(20.382)
Lucro bruto		-	-	(2.370)	15.859
Despesas gerais e administrativas	19	(68)	56	(733)	(741)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(24.604)	(6.651)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		(24.672)	(6.595)	(3.103)	15.118
Receitas financeiras	20	1	2	1.340	1.868
Despesas financeiras	20	(1)	(1)	(21.522)	(22.227)
Resultado financeiro líquido		-	1	(20.182)	(20.359)
Resultado antes dos impostos		(24.672)	(6.594)	(23.285)	(5.241)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(1.387)	(1.353)
Prejuízo do exercício		(24.672)	(6.594)	(24.672)	(6.594)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(24.672)	(6.594)	(24.672)	(6.594)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(24.672)	(6.594)	(24.672)	(6.594)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora e Consolidado		
		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito e integralizado		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		160.879	(51.455)	109.424
Prejuízo do exercício		-	(6.594)	(6.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17	160.879	(58.049)	102.830
Prejuízo do exercício		-	(24.672)	(24.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17	160.879	(82.721)	78.158

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaiba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		(24.672)	(6.594)	(23.285)	(5.241)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	-	-	13.439	13.543
Prejuízo na baixa de imobilizado	10	-	-	781	-
Juros sobre arrendamento	11	-	-	691	660
Juros de financiamentos	13	-	-	16.834	17.760
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	16	-	-	428	400
Provisão para contingências	24	-	-	(597)	521
Amortização do direito de uso	11	-	-	242	223
Provisão de fornecedores	12	-	-	745	726
Ressarcimento		-	-	11.438	1.937
Suprimento de energia - não faturado		-	-	(706)	(72)
Resultado de equivalência patrimonial	9	24.604	6.651	-	-
		(68)	57	20.010	30.457
Variações no ativo e passivo:					
Clientes a receber		-	-	123	618
Estoques		-	-	18	(18)
Adiantamento a fornecedores		-	-	10	(9)
Impostos a recuperar		1	5	(8)	391
Despesas antecipadas		-	-	546	959
Depósitos judiciais		-	-	-	107
Outros ativos não circulantes		-	-	-	(747)
Fornecedores		(1)	(1)	(1.354)	(5.948)
Obrigações tributárias		-	(8)	(20)	142
Outros passivos circulantes		-	-	7	(42)
Partes relacionadas		74	(48)	4	(3)
Caixa proveniente das atividades operacionais		6	5	19.336	25.907
Pagamento de juros s/ financiamentos	13	-	-	(18.285)	(18.651)
Pagamento de IR e CS	21	-	-	(1.403)	(1.717)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		6	5	(352)	5.539
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adição do ativo imobilizado		-	-	(1.914)	(3.726)
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	(794)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		-	-	(1.914)	(4.520)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de financiamentos	13	-	-	(5.961)	(5.131)
Pagamento de arrendamento	11	-	-	(757)	(713)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	-	(6.718)	(5.844)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
		6	5	(8.984)	(4.825)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	10	5	11.565	16.390
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	16	10	2.581	11.565
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		6	5	(8.984)	(4.825)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jaíba Solar Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 1976 e constituída no Brasil em 22 de março de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de abril de 2019, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada por pela acionista majoritária Nebras do Brazil Investments 1 Ltda.:

- Canadian Solar Inc, - 6,80%
- Canadian Solar UK Projects Ltda. - 6,60%
- Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A. - 6,60%
- Nebras do Brazil Investments 1 Ltda - 80%

A Companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir que têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Relação de entidades controladas

	Participação acionária	
	2025	2024
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Jaíba 3	Portaria 5437	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 4	Portaria 5438	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 9	Portaria 335	15/08/2018	35 anos	22,5

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia contratada (MW médios)	Preço contratado (MW/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Jaíba 3	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 118,40	IPCA	20 anos	01/01/2023	Janeiro
Jaíba 4	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 118,40	IPCA	20 anos	01/01/2023	Janeiro
Jaíba 9	LEN A-4 001/2018	5,5	R\$ 117,81	IPCA	20 anos	01/01/2023	Janeiro

Os contratos de comercialização de energia elétrica acima demonstrados foram efetuados no ambiente regulado de energia - ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

As operações do Grupo, assim como as de outras empresas do setor, estão sujeitas ao ambiente regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que exerce papel de regulação e fiscalização. Alterações nesse arcabouço regulatório podem impactar diretamente o desempenho e a rentabilidade dos empreendimentos de geração.

O risco de *curtailment* consiste na redução ou interrupção obrigatória da geração por determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), mesmo quando há disponibilidade de recurso primário. Esse risco decorre, entre outros fatores, de excesso de oferta em determinados períodos, limitações na rede de transmissão ou restrições operativas relacionadas à confiabilidade do sistema. Embora historicamente presente no setor elétrico, o tema ganhou maior relevância a partir de agosto de 2023, quando os níveis de *curtailment* aumentaram substancialmente, atingindo sobretudo usinas eólicas e solares do Nordeste.

Esse cenário tem provocado perdas financeiras e colocado em risco a atratividade de novos investimentos em geração renovável, motivando discussões sobre soluções estruturantes — como expansão da transmissão, avanços regulatórios em armazenamento de energia e mecanismos de compensação econômica destinados a mitigar os impactos aos geradores.

Nesse contexto, foi aprovada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu diretrizes para compensação parcial aos agentes de geração por perdas decorrentes de determinadas restrições operacionais. A Lei criou a base legal para eventual indenização, condicionada à regulamentação complementar pelos órgãos setoriais e à assinatura de Termo de Compromisso entre os geradores e o Poder Concedente.

Em continuidade a esse processo, a Consulta Pública nº 210/2025 foi instaurada em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, visando discutir critérios de elegibilidade, metodologia de cálculo dos valores compensáveis, limites financeiros e condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, o Grupo não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo das próximas deliberações das autoridades competentes para concluir suas análises.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 27 de abril de 2026.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de consolidação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Sociedade em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o Resultado atribuível aos acionistas das controladas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 22, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 3c – Imobilizado:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado.
- **Nota explicativa 3e - Redução ao valor recuperável (Impairment):** principais premissas utilizadas no teste para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.
- **Nota explicativa 11 - Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 14 - Ressarcimento:** principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.
- **Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O capital circulante líquido negativo do Consolidado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 18.437 (R\$ 2.417 positivo em 2024). O Capital circulante líquido positivo da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 19 (R\$ 13 positivo em 2024). A Companhia apresentou no exercício de 2025 um prejuízo no montante líquido de R\$ 24.672 (R\$ 6.594 de prejuízo líquido em 2024). Adicionalmente, se necessário, a controladora (ou controladoras) como acionista direta da Companhia, disponibilizará todos os recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, se necessário, a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda., como acionista direta da Companhia, disponibilizará todos os recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros a curto prazo.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição e deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia e suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,12% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia identificou indicativos de desvalorização dos ativos decorrente do *curtailment* sobre a geração de energia.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, foi considerado o efeito do *curtailment* operacional sobre a capacidade de geração de resultados da unidade geradora de caixa, refletindo as restrições operacionais vigentes e seus impactos sobre os volumes, receitas e custos estimados para o período de projeção. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação foram inicialmente capitalizados aos itens do imobilizado correspondente e em despesas financeiras.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

j. Reconhecimento de receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando ocorre um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

k. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Controladora e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de financiamento incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IFRS 18	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	16	10	2.581	2.610
Aplicações financeiras de curto prazo	-	-	-	8.955
	16	10	2.581	11.565

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa média 100% (100% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento de energia	906	1.029
Suprimento de energia - não faturado (*)	3.624	2.918
	4.530	3.947

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$ 4.530 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.947 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

7 Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado	
	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S/A	8.240	8.240
	8.240	8.240

	2024	Equivalência patrimonial	2025
Investimentos			
Controladas			
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	37.360	(10.213)	27.147
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	36.346	(8.378)	27.968
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	29.403	(6.013)	23.390
Total	103.109	(24.604)	78.505

	2023	Equivalência Patrimonial	2024
Investimentos			
Controladas			
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	42.321	(4.961)	37.360
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	39.020	(2.674)	36.346
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	28.419	984	29.403
Total	109.760	(6.651)	103.109

10 Imobilizado e intangível

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Composição do imobilizado e intangível

	Taxa anual de depreciação	2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	5.598	-	5.598
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65% a 3,79%	23.537	(3.340)	20.197
Máquinas e equipamentos	4,29% a 5,56%	386.192	(54.996)	331.196
Móveis e utensílios	6,25%	68	(18)	50
Desmobilização	3,47%	4.843	(699)	4.144
Total do ativo imobilizado		420.238	(59.053)	361.185
Softwares	20%	48	(25)	23
Total do ativo intangível		48	(25)	23
Total do ativo imobilizado e intangível		420.286	(59.078)	361.208

Jaíba Solar Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025*

2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	27.033	-	27.033
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,60% a 3,65%	22.832	(2.532)	20.300
Máquinas e equipamentos	4,36% a 5,64%	364.329	(42.545)	321.784
Móveis e utensílios	6,25%	68	(15)	53
Desmobilização	3,47%	4.843	(532)	4.311
Total do ativo imobilizado		419.105	(45.624)	373.481
Softwares	20%	48	(15)	33
Total do ativo intangível		48	(15)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		419.153	(45.639)	373.514

b. Movimentação do imobilizado e intangível

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição (iii)	Baixa (iii)	Transferências (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em construção		27.033	1.891	(781)	(22.545)	-	5.598
Usinas - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,79%	18.043	-	-	705	(719)	18.029
Máquinas e equipamentos	5,29%	303.187	-	-	23.189	(11.889)	314.487
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.134	-	-	-	(44)	1.090
Máquinas e equipamentos	5,56%	13.486	23	-	(1.349)	(366)	11.794
Móveis e utensílios	6,25%	47	-	-	-	(3)	44
Rede básica - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.123	-	-	-	(45)	1.078
Máquinas e equipamentos	4,29%	5.111	-	-	-	(196)	4.915
Móveis e utensílios	6,25%	6	-	-	-	-	6
Descomissionamento (ii)	3,47%	4.311	-	-	-	(167)	4.144
Total do ativo imobilizado		373.481	1.914	(781)	-	(13.429)	361.185
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço							
Softwares	20,00%	33	-	-	-	(10)	23
Total do ativo intangível		33	-	-	-	(10)	23
Total do ativo imobilizado e intangível		373.514	1.914	(781)	-	(13.439)	361.208

Jaíba Solar Holding S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição (iii)	Baixa (iii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em construção		22.034	4.999	-	-	27.033
Usinas - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,60%	18.758	-	-	(715)	18.043
Máquinas e equipamentos	5,64%	314.824	170	-	(11.807)	303.187
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.179	-	-	(45)	1.134
Máquinas e equipamentos	4,45%	14.034	4	-	(552)	13.486
Móveis e utensílios	6,25%	51	-	-	(4)	47
Rede básica - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.169	-	-	(46)	1.123
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.307	-	-	(196)	5.111
Móveis e utensílios	6,25%	7	-	-	(1)	6
Descomissionamento (ii)	3,47%	4.478	-	-	(167)	4.311
Total do ativo imobilizado		381.841	5.173	-	(13.533)	373.481
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço						
Softwares	20,00%	43	-	-	(10)	33
Total do ativo intangível		43	-	-	(10)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		381.884	5.173	-	(13.543)	373.514

- (i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção para o imobilizado em serviços.
- (ii) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,12% e 3,47% de taxa de depreciação.
- Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da Companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.
- (iii) O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota explicativa 23 no montante de R\$ 0 (R\$ 1.447 de adição em 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

11 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) sendo o principal ativo reconhecido refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Conforme abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Consolidado				
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	7.635	(1.390)	6.245
		7.635	(1.390)	6.245
Total direito de uso		7.635	(1.390)	6.245

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Consolidado				
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	7.252	(1.148)	6.104
		7.252	(1.148)	6.104
Total direito de uso		7.252	(1.148)	6.104

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Consolidado				
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	6.104	383	(242)	6.245
Total do ativo	6.104	383	(242)	6.245

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	6.030	297	(223)	6.104
Total do ativo	6.030	297	(223)	6.104

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, segue demonstrada abaixo:

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	18.967	1.048	(757)	-	19.257
(-) Ajuste a valor presente	(12.083)	(665)	-	691	(12.056)
Total	6.884	383	(757)	691	7.201
Circulante	60				70
Não circulante	6.824				7.131
Total	6.884				7.201

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	18.830	850	(713)	-	18.967
(-) Ajuste a valor presente	(12.190)	(553)	-	660	(12.083)
Total	6.640	297	(713)	660	6.884
Circulante	53				60
Não circulante	6.587				6.824
Total	6.640				6.884

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota explicativa 3.I, a remensuração no ano de 2025 foi de 5,52% a.a. (4,53% a.a. em 2024).

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços	-	1	2.928	3.839
Mercado de curto prazo - CCEE	-	-	427	114
	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>3.355</u>	<u>3.953</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e os serviços e materiais para manutenção dos parques. No consolidado a provisão de materiais e serviços, relacionada ao ano de 2025, foi no montante de R\$ 745 (R\$ 726 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o consolidado da Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 2.021, que serão liquidados conforme termos contratuais.

13 Financiamentos

a. Composição dos financiamentos (consolidado):

	31/12/2025					31/12/2024				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Consolidado										
Moeda nacional										
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1.384	44.376	6.791	223.416	275.967	1.202	46.009	5.896	230.272	283.379
Total de dívidas	1.384	44.376	6.791	223.416	275.967	1.202	46.009	5.896	230.272	283.379

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de fevereiro de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos financiamentos (consolidado):

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2025
Consolidado					
Circulante					
Financiamentos					
Principal	5.896	(5.961)	-	6.856	6.791
Juros	1.202	(18.285)	16.834	1.633	1.384
	7.098	(24.246)	16.834	8.489	8.175
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	230.272	-	-	(6.856)	223.416
Juros	46.009	-	-	(1.633)	44.376
	276.281	-	-	(8.489)	267.792

Jaíba Solar Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025*

Consolidado	Valor líquido em				Valor líquido em
Circulante	31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	31/12/2024
Financiamentos					
Principal	5.109	(5.131)	-	5.918	5.896
Juros	1.042	(18.651)	17.760	1.051	1.202
	<u>6.151</u>	<u>(23.782)</u>	<u>17.760</u>	<u>6.969</u>	<u>7.098</u>
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	236.190	-	-	(5.918)	230.272
Juros	47.060	-	-	(1.051)	46.009
	<u>283.250</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.969)</u>	<u>276.281</u>

O montante de R\$ 16.834 de juros provisionados foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2027	9.233
2028	10.332
2029	11.342
2030	11.511
2031 a 2042	<u>225.374</u>
Total	<u>267.792</u>

Obrigações Contratuais - Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa 10);
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB.

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco BTG e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

A Administração da Companhia monitora continuamente o cumprimento das cláusulas previstas nos contratos de financiamento.

14 Ressarcimento

	Consolidado	
	2025	2024
Ressarcimento	13.292	1.854
	13.292	1.854

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 18 e reconhecimento de receita.

15 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas usualmente possuem saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, oriundas principalmente de compartilhamento de gastos entre as SPEs.

(i) Contas a pagar de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A (a)	366	292	-	-
Outros	-	-	7	3
	<u>366</u>	<u>292</u>	<u>7</u>	<u>3</u>

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados por rateio para as demais. Os gastos de serviços com terceiros, com efeito no resultado foi no montante de R\$ 74 (R\$ 48 em 2024).

(ii) Remuneração da Administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil Investments 1 Ltda. é paga pela Nebras Power Latin America Ltda. e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No exercício de 2022, a Companhia e suas controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 33.235, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,12% reconheceram o valor presente de R\$ 4.843.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico (nota explicativa 11).

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.622
Ajuste a valor presente	400
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.022
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.022
Ajuste a valor presente	428
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.450

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 160.879 (R\$ 160.879 em 31 de dezembro de 2024), representado por 160.878.850 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Nebras do Brazil Investments 1 Ltda., detentora de 80% das ações e pela acionista Canadian Solar, detentora de 20% das ações. No exercício de 2025, não houve aumento de capital (R\$ 0 em 2024).

18 Receitas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	35.863	31.960
Ressarcimento - suprimento de energia elétrica	(11.655)	(34)
Energia de curto prazo	8.418	5.539
Receita operacional bruta	32.626	37.465
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.191)	(1.369)
Total de deduções da receita operacional	(1.191)	(1.369)
Doação	-	145
Receita operacional líquida	31.435	36.241

19 Custos e despesas por natureza

	Controladora					
	2025			2024		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(19)	(19)	-	(13)	(13)
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-
Outras	-	(49)	(49)	-	69	69
Total	-	(68)	(68)	-	56	56

	Consolidado					
	2025			2024		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(8.731)	-	(8.731)	(2.724)	-	(2.724)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.406)	-	(5.406)	(5.453)	-	(5.453)
Materiais	(201)	-	(201)	(150)	-	(150)
Serviços de terceiros	(5.257)	(302)	(5.559)	2.435	(267)	2.168
Depreciação	(13.439)	-	(13.439)	(13.533)	-	(13.533)
Amortização	(252)	-	(252)	(233)	-	(233)
Seguros	(519)	-	(519)	(718)	-	(718)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	(6)	-	(6)
Outras	-	(431)	(431)	-	(474)	(474)
Total	(33.805)	(733)	(34.538)	(20.382)	(741)	(21.123)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1	2	1.340	1.867
Outros juros e variações monetárias	-	-	-	1
Receitas financeiras total	1	2	1.340	1.868
Despesas financeiras				
Financiamentos	-	-	(16.834)	(17.760)
Juros sobre arrendamento	-	-	(691)	(660)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	-	-	(428)	(400)
Comissão e fiança bancária	-	-	(3.516)	(3.396)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(53)	(11)
Despesas financeiras total	(1)	(1)	(21.522)	(22.227)
Total resultado financeiro	-	1	(20.182)	(20.359)

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.387 (R\$ 1.353 em 31 de dezembro de 2024)

Consolidado	31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	32.626	32.626
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.610	3.915
Demais receitas	1.340	1.340
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	915	472
Alíquota efetiva	2,69%	1,39%

	31/12/2024	
Consolidado	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	37.465	37.465
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.997	4.496
Demais receitas	1.868	1.868
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	877	476
Alíquota efetiva	2,23%	1,21%

Durante o exercício de 2025 foi pago no Consolidado R\$ 1.403 (R\$ 1.717 em 2024).

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível
Controladora	Nota						
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	5	16	-		10	-	
		31/12/2025			31/12/2024		
		Outros passivos financeiros			Outros passivos financeiros		
Controladora	Nota						
Passivos financeiros não mensurados pelo custo amortizado							
Fornecedores	12	-				1	
Contas a pagar de partes relacionadas	15	366				292	

Jaíba Solar Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025*

		31/12/2025				31/12/2024				
		Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Consolidado										
Ativos financeiros mensurados ao valor justo										
		7	-	8.240	Nível 2	-	8.240	Nível 2		
		5	-	-	Nível 2	-	8.955	Nível 2		
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo										
		5	2.581	-		2.610	-			
		6	4.530	-		3.947	-			
		8	3.016	-		3.016	-			
		31/12/2025				31/12/2024				
		Nota	Outros passivos financeiros				Outros passivos financeiros			
Consolidado										
Passivos financeiros não mensurados pelo custo amortizado										
		12	3.355			3.953				
		13	275.967			283.379				
		11	7.201			6.884				
		15	7			3				
			37			30				

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2025			31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	16	16	10	10

	31/12/2025			31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	12	-	-	1	1
Contas a pagar de partes relacionadas	15	366	366	292	292

	31/12/2025			31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Cauções e depósitos vinculados	7	8.240	8.240	8.240	8.240
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	-	8.955	8.955
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	2.581	2.610	2.610	2.610
Clientes a receber	6	4.530	3.947	3.947	3.947
Outros ativos não circulantes	8	3.016	3.016	3.016	3.016

	31/12/2025			31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	12	3.355	3.355	3.953	3.953
Financiamentos (a)	13	275.967	275.967	283.379	283.379
Arrendamento	11	7.201	7.201	6.884	6.884
Contas a pagar de partes relacionadas	15	7	7	3	3
Outros passivos circulantes		37	37	30	30

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas aplicações financeiras classificadas em caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras classificadas em cauções e depósitos vinculados enquadradas no Nível 2, em que o valor contábil equivale ao seu valor justo. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que todos esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da Companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,23%	3,91%	4,89%	5,87%
CDI	14,30%	12,00%	15,00%	18,00%

Consolidado

Risco de aumento	Índice	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	Índice IPCA (a)	275.967	10.790	13.488	16.185
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	8.240	989	1.236	1.483

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Relatório Boletim Focus

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora

Fluxos de caixa contratuais

	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2024						
Fornecedores	1	1	1	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	292	292	-	292	-	-

Controladora

Fluxos de caixa contratuais

	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2025						
Contas a pagar de partes relacionadas	366	366	-	366	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2024						
Fornecedores	3.953	3.953	3.953	-	-	-
Arrendamento	6.884	18.948	713	713	2.139	15.383
Financiamentos	283.379	341.525	11.513	26.238	46.844	256.930
Contas a pagar de partes relacionadas	3	3	-	3	-	-
Outros passivos circulantes	30	30	30	-	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2025						
Fornecedores	3.355	3.355	3.355	-	-	-
Arrendamento	7.201	19.257	757	757	2.271	15.472
Financiamentos	275.967	325.360	12.390	27.770	49.247	235.953
Contas a pagar de partes relacionadas	7	7	-	7	-	-
Outros passivos circulantes	37	37	37	-	-	-

23 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Ativo imobilizado (nota explicativa 10)	-	1.447
Despesas antecipadas (a)	11	675
	<u>11</u>	<u>2.122</u>

- (a) Pagamentos da apólice de seguro previstos para ocorrerem a partir do exercício de 2026, portanto não houve efeito caixa e a contrapartida foi realizada como provisão no passivo circulante.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações jurídicas nas esferas cível, tributária e trabalhista, para as quais as expectativas de perda são classificadas como prováveis e possíveis.

Para os processos com risco de perda possível, não foi constituída provisão. A Companhia considera possuir sólido embasamento jurídico para fundamentar os procedimentos adotados em sua defesa. A necessidade de provisão é analisada periodicamente.

Para os processos com risco de perda provável, a Companhia constituiu provisão com base na avaliação de seus consultores jurídicos, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo:

Processos	Natureza	Prognóstico de perda	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	Trabalhista (a)	Provável	734	781
Trabalhista	Trabalhista (a)	Possível	174	441
Cível	Contratual (b)	Provável	-	550
Cível	Contratual (c)	Possível	1.245	-
Cível	Real Estate (d)	Possível	748	-
Tributário	Tributário (e)	Possível	139	-

Processos	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Trabalhista	781	-	(47)	734
Cível	550	-	(550)	-
Total	1.331	-	(597)	734

- (a) Processo trabalhista referente a verbas não quitadas pela TOZZI, subcontratada na construção do parque solar de Jaíba 3, bem como a responsabilização subsidiária de Jaíba 3.
- (b) Trata-se de ação de cobrança de reembolso de custos incorridos junto à BMG - TOZZI.
- (c) Trata-se de ação de cobrança movida por empresas subcontratadas, alegando a existência de valores pendentes referentes à prestação de serviços em instalações de energia solar.
- (d) Trata-se de ação de cobrança injustificada de eletricidade acima da capacidade de consumo.
- (e) Trata-se de ação judicial para evitar a cobrança do ICMS sobre o TUSD (Taxa de Transmissão de Energia Elétrica), bem como o reembolso do ICMS já pago nas faturas emitidas pela concessionária de energia elétrica (CEMIG) até o ajuizamento da ação.